Procedimento iv - Indicadores Econômicos, 2024 a 2027 (em fator)

INDICADOR	ANO					
INDICADOR	2024	2025	2026	2027		
IPCA	1,0396	1,0380	1,0360	1,0350		
PIB-PA	1,0329	1,0330	1,0329	1,0317		
PIB-BR	1,0208	1,0200	1,0200	1,0200		
MÉDIA -PIB PA / PIB BR	1,0269	1,0265	1,0265	1,0259		
MÉDIA -PIB PA / PIB BR + IPCA	1,0675	1,0655	1,0634	1,0618		

Fonte: Fapespa - junho/2024

Para a estimativa de arrecadação de ICMS para os anos de 2025 a 2027, considerou-se a arrecadação estimada para o ano de 2024, a projeção anual de inflação (IPCA-IBGE) e a média de crescimento real do PIB Brasil e do PIB Pará, conforme a seguir:

Receita ano (2025 a 2027) = Receita ano anterior x IPCA ano x Média da Variação PIB-PA e PIB-BR ano, em que:

- Receita ano: estimativa de arrecadação anual
- Receita ano anterior: arrecadação projetada para o ano anterior
- IPCA ano: projeção de inflação anual, medida pelo IPCA (em fator)
- Média da Variação PIB-PA e PIB-BR ano: média entre a projeção de crescimento real anual do PIB do Pará e a projeção de crescimento real anual do PIB do Brasil (em fator), divulgadas pela Fapespa em junho de 2024.

O quadro a seguir apresenta as projeções de arrecadação dos principais tributos da Receita Própria Estadual para o período de 2025 a 2027, calculadas conforme a metodologia descrita.

LOA 2025 - ESTIMATIVA DE RECEITA DE ICMS, IPVA, ITCD E TAXA MINERAL/HÍDRICA (2025 A 2027)

RECEITA	REALIZADO		ESTIMATIVA				VAR NOM.%			
	2023	2024	2025	2026	2027	2024	2025	2026	2027	
ICMS	20.796,4	22.998,0	24.504,5	26.058,1	27.667,4	10,6%	6,6%	6,3%	6,2%	
IPVA	1.272,6	1.326,4	1.413,3	1.502,9	1.595,7	4,2%	6,6%	6,3%	6,2%	
ITCD	102,0	66,3	68,8	71,3	73,8	-35,0%	3,8%	3,6%	3,5%	
TAXA MINERAL	2.332,9	1.254,7	1.302,3	1.349,2	1.396,4	-46,2%	3,8%	3,6%	3,5%	
TAXA HÍDRICA	-	45,4	94,2	97,6	101,0	-	107,6%	3,6%	3,5%	
TOTAL	24.503,9	25.690,7	27.383,1	29.079,1	30.834,3	4,8%	6,6%	6,2%	6,0%	

Fonte: SEFA/DAIF

Cabe destacar que, por ocasião da elaboração das projeções de receitas para a LOA 2025, discutia-se na Justica a exclusão do PIS e da COFINS da base de cálculo do ICMS. Além disso, pleiteava-se a concessão de medida cautelar para suspender a exigibilidade da TFRH -Taxa de Fiscalização de Recursos Hídricos (Lei nº 10.311/2023), exclusivamente no que se refere às atividades de geração de energia hidrelétrica, eventos que podem impactar a receita tributária do Estado.

II - Metodologia e Memória de Cálculo da Renúncia de Receita

No cálculo das projeções de receitas, foram expurgados os valores dos benefícios fiscais, de caráter não geral, concedidos pelo Estado, conforme determina o art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Para 2025, o valor expurgado referente às renúncias fiscais totaliza R\$ 2.263,0 milhões, conforme quadro a seguir.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA (2025 A 2027)

							(em RS
TRIBUTO	MODALIDADE	PROGRAMAS / SETORES / BENE	2025	2026	2027	COMPENSAÇÃO	
			AGROINDÚSTRIA	110.536.635	117.544.901	124.803.857	
			INDÚSTRIA EM GERAL	266.539.962	283.439.182	300.942.897	
		POLÍTICA DE INCENTIVOS DO ESTADO	INDÚSTRIA DA PECUÁRIA	69.881.353	74.311.985	78.901.103	
			INDÚSTRIA DO PESCADO	4.149.642	4.412.738	4.685.245	
		REGIMES TRIBUTÁRIOS DIFERENCIADOS (RTD)	COMÉRCIO ATACADISTA	48.706.727	51.794.840	54.993.418	
			INDÚSTRIA DA CARNE	436.758.957	464.450.435	493.132.456	
			INDUSTRIA DE PALMITO	1.855.237	1.972.863	2.094.697	
		OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	INDÚSTRIA DO PESCADO	10.833.348	11.520.206	12.231.633	
			PRODUTOS DA CESTA BÁSICA	310.019.970	329.675.918	350.034.972	
			LATICÍNIOS INDUSTRIAIS	74.326.256	79.038.704	83.919.719	Estes benefícios fiscais não
ICMS	is	POLÍTICA DE INCENTIVOS DO ESTADO	AGROINDÚSTRIA	39.399.438	41.897.449	44.484.815	comprometem as metas
			INDÚSTRIA EM GERAL	5.867.620	6.239.640	6.624.967	fiscais estabelecidas pelo
			INFORMÁTICA	44.703.311	47.537.599	50.473.272	Estado, uma vez que foram
	REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO	REGIMES TRIBUTÁRIOS DIFERENCIADOS (RTD)	MEDICAMENTOS	97.183.101	103.344.724	109.726.751	expurgados do Cálculo da
	REDUÇÃO DE BASE DE CALCULO		REFEIÇÕES	19.653.792	20.899.886	22.190.553	Receita, conforme definido
		OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	COMÉRCIO DE MÁQUINAS PESADAS	27.165.346	28.887.689	30.671.641	no inciso I do art. 14 da Lei
			QUEROSENE DE AVIAÇÃO	98.490.803	104.735.337	111.203.242	Complementar nº 101/2000
	ISENÇÃO	LETICMS Nº 5.530/1989	PcD	94.913	100.930	107.163	(Lei de Responsabilidade
		LEI6.572/2003 - LEISEMEAR	CULTURA	25.000.000	30.000.000	30.000.000	Fiscal).
		OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	PROGRAMA SUA CASA	434.592.174	462.146.274	490.686.002	
	OUTROS	OUTROS TRATAMENTOS ESPECIAIS	INDÚSTRIA DA MOVELARIA	966.156	1.027.413	1.090.860	
		NOVOS INCENTIVOS CONCEDIDOS VIA REGULAMENTO DO ICMS	SETORES DIVERSOS	117.165.134	124.593.661	132.287.911	
	ISENÇÃO		PcD	3.160.902	3.274.695	3.389.309	
IPVA		LEI IPVA Nº 6.017/1996	TAXISTAS E OUTROS	9.925.299	10.282.610	10.642.501	
	OUTROS	NOVOS INCENTIVOS CONCEDIDOS VIA LEI DO IPVA	SETORES DIVERSOS	5.955.179	6.169.566	6.385.501	
ITCD	ISENÇÃO	LEHTCD Nº 5.529/1989	SETORES DIVERSOS	99.343	102.919	106.521	
	OUTROS	NOVOS INCENTIVOS CONCEDIDOS VIA LEI DO ITCD	SETORES DIVERSOS	59.606	61.752	63.913	
		TOTAL		2.263.090.203	2.409.463.914	2.555.874.920	

A maior parcela da renúncia de receita refere-se ao ICMS, na modalidade crédito presumido, referente à Política de Incentivos ao Desenvolvimento Econômico do Estado e aos Regimes Tributários Diferenciados (RTD).

Quando comparado aos valores divulgados nas leis orçamentárias de 2024, as estimativas de renúncia de receita para 2025 registram maior crescimento nos incentivos concedidos através da Política de Incentivos, referentes à Indústria em Geral; e no Programa Sua Casa, em função da criação do Programa "Bora Estudar" (Sua Casa - Estudante).

Cabe ressaltar que a Secretaria de Estado da Fazenda está permanentemente aperfeiçoando a metodologia de cálculo da renúncia de receitas. No caso da Política de Incentivos do Estado, por exemplo, o valor da renúncia - que era estimado com base em informações extraídas dos projetos apresentados pelas empresas requerentes - agora é calculado com base nas declarações (DIEF) preenchidas pelas empresas incentivadas nos últimos três exercícios (2021, 2022 e 2023). Recentemente, também foi incluída estimativa de renúncia de receita de ICMS, IPVA e ITCD decorrente de novos incentivos eventualmente concedidos no decorrer do ano corrente, ainda não previsíveis por ocasião da elaboração da LOA.